

Sujetos, poder y disputas por la educación

Textos de historiografía de
la educación latinoamericana

Alicia Civera Cerecedo

Carlos Escalante Fernández

Elsie Rockwell

Coordinadores



Sujetos, poder y disputas por la educación: textos de historiografía de la educación latinoamericana / comp. alicia Civera Cerecedo; Carlos Escalante Fernández comp., Elsie Rockwell, comp.-- Zinacantepec, Estado de México: El Colegio Mexiquense, A.C.; Universidad Pedagógica Nacional; Centro de Investigación y de Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional, 2014.

6660 p.: gráf., cuadros y mapas

Incluye referencias bibliográficas

ISBN 978-607-7761-57-0

1. Educación - Historiografía 2. Educación y Estado - América Latina 3. Educación - Aspectos sociales - América Latina 4. Democracia y educación I. Civera, Cerecedo, Alicia, comp. II. Escalante Fernández, Carlos, comp. III. Rockwell, Elsie, comp.



Edición: Alicia Civera Cerecedo, Carlos Escalante Fernández y Elsie Rockwell
Asistentes de edición: Mariel Antonio Romero y Xiomara Espinoza Velázquez
Diseño y cuidado de la edición: Luis Alberto Martínez López
Formación, tipografía y programación: Sergio Cantinca Cornejo, Fernando Cantinca Cornejo y Luis Alberto Martínez López

Primera edición: 2014

D.R. © El Colegio Mexiquense, A.C.
Ex hacienda Santa Cruz de los Patos s/n, col. Cerro del Murciélago,
Zinacantepec 51350, México, MÉXICO

D.R. © Universidad Pedagógica Nacional
Camino al Ajusco 24, col. Héroes de Padierna,
Delegación Tlalpan, c.p. 14200, México D.F.

D.R. © Centro de Investigación y de Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional
Av. Instituto Politécnico Nacional 2508, Col. San Pedro Zacatenco,
Delegación Gustavo A. Madero, c.p. 07360, México D.F.

Esta publicación fue posible gracias al auspicio de la Sociedad Mexicana de Historia de la Educación, A.C.

Uno de los objetivos de El Colegio Mexiquense es promover la vinculación de los estudios académicos que coadyuven a la sistematización del conocimiento para la toma de decisiones. Aunque impulsa el intercambio de experiencias y conocimientos, el contenido de los textos que aquí se presentan no fue sometido a un proceso de dictamen académico y es responsabilidad exclusiva de los coordinadores y de las organizaciones participantes.

Las opiniones expresadas en los textos y las imágenes contenidas son responsabilidad exclusiva de los autores y no reflejan necesariamente la opinión de los compiladores o de las instituciones titulares de los derechos de autor.

Queda prohibida la reproducción parcial o total del contenido de la presente obra sin contar previamente con la autorización expresa y por escrito de los titulares del derecho patrimonial, en términos de la Ley Federal de Derechos de Autor, y en su caso de los tratados internacionales aplicables. La persona que infrinja esta disposición se hará acreedora a las sanciones legales correspondientes.

Impreso y hecho en México/Printed and made in Mexico

ISBN 978-607-7761-57-0

Ensino artístico em Portugal (do estado novo à atualidade, 1933 - 2010).

Luís Alberto Marques Alves
Departamento de História da Faculdade de Letras
da Universidade do Porto/CITCEM
laalves@letras.up.pt

Introdução

Formação, Educação ou Ensino Artístico são palavras que englobam um quadro conceptual nem sempre homogêneo, coerente e idêntico no período temporal que queremos aqui analisar. Tanto ao nível do seu conteúdo, da sua utilização em diplomas legais, em artigos de opinião, em relatórios ou estudos sobre estas áreas ou na simples inscrição em documentos atuais ou das várias épocas, quase sempre há a preocupação de esclarecerem os leitores sobre o seu significado, o que evidencia a pluralidade e riqueza semântica da sua utilização.

Cruzando com esta preocupação surge normalmente associada uma outra sobre o aluno, o estudante, o artista, aqui já numa vertente mais hermenéutica de esclarecimento sobre a possibilidade de ensino da arte, sobre o espaço da aptidão inata ou sobre o fim social e económico de um ensino que, partindo da arte, termina num determinado ofício ou profissão.

A riqueza e abrangência destas temáticas, obrigam-nos a selecionar exemplos no quadro da história da educação em Portugal, aproveitando os estudos que têm sido realizados e que nos permitem não só dar nota de algumas linhas de investigação, mas também das problematizações que ainda hoje existem sobre o espaço, sentido e significado deste(s) subsistema(s) de ensino em Portugal.

1. Quadro conceptual

“(…) A educação por mais que seja de direito o instrumento graças ao qual todo o indivíduo, numa sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue porém na sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas, pelas distâncias,

pelas oposições e pelas lutas sociais. [Todo o sistema educativo é] uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles

transportam consigo” (Foucault, 1997: 33, 34).

Esta afirmação ajuda-nos a identificar os dois espaços onde a “educação da arte” pode ser corporizada: na interioridade do sistema educativo ela responderá às linhas que o quadro político determinará – seja liberal, republicano, estadonovista ou democrático – na exterioridade ela representará a aceitação de um talento inato que tem de ser, o mais individualmente possível, aperfeiçoado, representando esta postura também uma abdicação, em muitas épocas, da intervenção por parte do poder político, seja por razões ideológicas, financeiras ou simplesmente porque considera que não é essa a sua obrigação.

O tempo histórico permite-nos identificar desde logo uma ideia que reivindica a importância da escola e da educação para o desenvolvimento humano, quer individual quer

coletivo. Aí inscreve-se a questão da educação artística e da sua necessidade para um desenvolvimento harmonioso das crianças e jovens, ou seja, a sua imprescindibilidade para a formação pessoal do cidadão, útil à sociedade. No lado oposto, é possível também diagnosticar uma história genealógica do que tem sido o discurso pedagógico sobre a(s) arte(s) que olha para “as aprendizagens artísticas fora desse desejo de mudanças radicais [sociais, políticas...] que se tem limitado a lutas que raramente questionam a construção dos conceitos sobre os quais se apoiam” (Martins, 2009: 45).

Dentro desta dupla entrada, podemos socorrer-nos de Thomas S. Popkewitz e Kerry Freedman (1988: 387) que ao escreverem sobre a educação artística e os interesses sociais no desenvolvimento da escola americana sublinham os vários propósitos que têm vindo a acompanhar o seu desenvolvimento no interior do currículo. Por um lado, um treino vocacional no sentido de preparar o aluno com ferramentas técnicas capazes de serem utilizadas no desenvolvimento industrial da nação. Por outro lado, as matérias artísticas que encontram justificação como parte de uma educação moral enquanto ilustração de um mundo de virtudes e de verdade. Estes princípios estariam relacionados com a possibilidade veiculada pelas artes de um desenvolvimento natural da criança através da expressividade livre, mas também a ideia de que se poderia atingir um estado de igualdade na vida quotidiana através de uma educação artística para todos os cidadãos. Vem também neste sentido o recente “Roteiro para a Educação Artística” publicado pela Comissão Nacional da Unesco em 2006 quando refere que “(...)a iniciação dos educandos nos processos artísticos, desde que se incorporem na educação elementos da sua própria cultura, permite cultivar em cada indivíduo o sentido de criatividade e iniciativa, uma imaginação fértil, inteligência emocional e uma “bússola” moral, capacidade de reflexão crítica, sentido de autonomia e liberdade de pensamento e acção. Além disso, a educação na arte e pela arte estimula o desenvolvimento cognitivo (...)” (UNESCO, 2006: 6).

Em Portugal, e em diferentes momentos, assistimos à fabricação destas ideias e, de facto, o olhar que dirigirmos à materialidade dos discursos do passado não se deverá desligar do carácter dinâmico do próprio discurso. O discurso pedagógico moderno envolve modos de saber e formas de poder, definindo imagens daquilo que em determinada altura é tornado visível e possível de ser problematizado (Martins, 2009: 49).

Neste quadro teremos pois de dar particular atenção ao entendimento de palavras como arte ou artista e a expressões como educação pela arte e educação artística. Consoante a fonte, a época ou o tipo de ensino, o seu significado semântico ajuda-nos a identificar pedagogias, opções políticas, concepções artísticas ou expectativas sociais e individuais. Quando nos referimos por exemplo ao ensino da Música, do Teatro ou da Dança, estaremos sempre mais próximos da capacidade individual, do talento, do investimento familiar ou, no caso de aposta estatal, em objetivos específicos e expectativas sociais que surgem esclarecidas normalmente nos preâmbulos dos decretos ou das reformas. Quando olharmos para a rede de ensino técnico (e por opção centraremos a nossa análise apenas no não superior) identificaremos a sua marginalização durante todo o século XIX e quando surge inscrito na rede de escolas a partir dos inícios do século XX (1918) é visível a indefinição entre a sua ligação à etnografia/artesanato, a capacidade de imitação (com o domínio do desenho sobre a arte) ou a aposta nos cursos de artes decorativas onde a capacidade artística fica sobretudo condicionada pela sensibilidade pedagógica dos professores.

Procurando dar esta ideia geral do ensino artístico em Portugal, privilegiaremos exemplos, sobretudo aqueles que nos são oferecidos hoje por consistentes estudos cientificamente elaborados e, neste sentido, olharemos para o Ensino Especializado da Música, do Teatro e das Artes Visuais, os dois primeiros num espaço escolar quase sempre mais distante da intervenção estatal – nomeadamente ao nível dos Conservatórios – o último mais interno à rede de escolas do ensino técnico, usando para este caso a Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis no Porto objeto de uma recente tese de mestrado (Caetano, 2009).

2. Ensino da Música e do Teatro (séculos XIX e XX)

Apesar da segunda metade do século XVIII trazer já algumas preocupações do Estado com a educação e em particular com o ensino das artes (refiro-me à Aula de Debuxo do Real Colégio dos Nobres em 1761, à Aula de Debuxo e Desenho criada no Porto em 1779 ou à Aula Régia de Desenho de Figura e de Arquitetura de Lisboa de 1781), é apenas depois da instauração do liberalismo em Portugal (1834) que as opções têm uma continuidade analítica que importa equacionar.

O Estado posicionou-se a partir daí (1834) de forma umas vezes distante outras interventiva. Distante porque deixou os domínios administrativo e curricular fora da necessidade da sua opinião, mas foi inscrevendo nos seus programas e objetivos educacionais o ensino da Música, do Teatro e das Artes Visuais como fazendo parte da educação global de um verdadeiro cidadão. Neste, como em muitos outros aspetos, a obra “Da Educação” de Almeida Garrett fará escola.

No tempo longo que nos traz do século XIX ao XX, a primeira grande constatação é o tratamento e a adesão desequilibrada que foram tendo as diferentes áreas (Quadro 1)

Quadro 1
Matrículas no ensino artístico especializado, por áreas artísticas,
segundo os dados publicados pelo Anuário Estatístico de Portugal
e pelas Estatísticas da Educação

<i>Anos letivos</i>	<i>Artes Visuais</i>	<i>Dança</i>	<i>Teatro</i>	<i>Música</i>
1871-1872				330
1880-1881	259 a)		346 b)	
1890-1891	388 a)		743 b)	
1910-1911	174			370
1920-1921		19 d)		2712 c)
1930-1931	262 a)	40 e)		3824 f)
1940-1941	345 a)		58 f)	1491 g)
1950-1951	613 h)		96	1320 i)
1960-1961			103	1031
1970-1971		96	30	1806
1980-1981		1517		4807
1990-1991		611		644

Fonte: Anuários Estatísticos de 1875, 1884, 1892, 1908-1910, 1921, 1931; Estatísticas da Educação de 1940-1941, 1950-1951, 1960-1961, 1971, 1979-1982 e 1991

Notas:

Escola Portuense de Belas Artes e Academia Real de Belas Artes de Lisboa.

Conservatório Real de Lisboa (disciplinas de Música e Arte de Representar)

Escola Nacional de Música

Curso Dramático – 17; Bailarina – 0; Cenografia - 2 – Apenas na Escola da Arte de Representar

Curso Dramático – 21; Cenografia – 3; Bailarinas – 16 – Apenas Conservatório Nacional

Conservatório Nacional

Conservatório Nacional de Lisboa; Conservatório Municipal do Porto e Instituto de Música de Coimbra

Arquitetura – 491; Pintura – 70 e Escultura – 52.

Conservatório Nacional de Lisboa; Conservatório Municipal do Porto e Instituto de Música de Coimbra; Academia de Música da Madeira.

Esta informação quantitativa ajuda a perceber o relevo que daremos ao ensino da Música e, menos ao de Teatro como exemplos no quadro de um ensino específico relacionado com as Artes.

A primeira grande constatação, articulando com o quadro conceptual referido anteriormente, é que, em Portugal, não é colocada em causa “a existência de uma separação entre o que seja uma forma de ensino para a formação de artistas e uma outra, de tipo genérico e generalista, destinada ao conjunto da população escolar” (Fernandes, 2007: 239).

Predomina desde finais do século XVIII “uma demarcação entre a figura do *artista* e do *amante da arte*: o primeiro passou então a ser visto como portador de um conjunto de *dons* ou competências *inatas*, que só excepcional e raramente se encontram no segundo e, por maioria de razão, entre o conjunto da população. Este argumento, que separa e hierarquiza objectivamente a formação estética e a educação da sensibilidade a partir do destino profissional, é particularmente hegemónico no que se refere ao ensino vocacional da Música e da Dança. Do princípio da especificidade resultam, assim, duas consequências interligadas em torno da precocidade: que todo o futuro artista deve ter um acompanhamento desde bastante cedo; que terá de existir um processo de selecção ou exame à entrada nas várias escolas de ensino vocacional da Música, o qual permite medir e hierarquizar qualquer tipo de aptidão artística especial” (Fernandes, 2007: 240).

No tempo longo, e olhando para o preâmbulo do decreto-lei 310/1983 defende-se que “nos ensinos da música e da dança há uma educação artística e um adestramento físico específicos, que têm de se iniciar muito cedo, na maior parte dos casos até aos 10 anos de idade, constituindo assim uma opção vocacional precoce em relação à generalidade das escolhas profissionais”.

Esta perspectiva entronca na disparidade histórica das relações entre o Estado (sistema político ou governo) e as instituições que asseguravam este tipo de ensino. Desde a criação do Conservatório de Música de Lisboa (5 de maio de 1935) que a tutela favorece alguma autonomia, embora politicamente se mostrasse interessada em “promover o aumento dos artistas musicais em todo o país”, sempre dependente das disponibilidades financeiras (Fernandes, 2007: 245). Antes, na primeira república, os decretos 5546 de 9 de maio e 6129 de 25 de setembro de 1919, evidenciaram as intenções generosas de organizar nas

capitais de distrito e outros centros populosos, escolas primárias de Música (destinadas ao ensino de solfejo, teoria elementar da música e canto orfeónico), mas a sua curta vida marcada por grande instabilidade impediu que esse desejo fosse transformado em realidade, remetendo para a esfera do Conservatório e do investimento familiar/particular, a possibilidade de alguma generalização no ensino da Música. A Ditadura e o Estado Novo reforçam este quadro restritivo:

Desejaria o Governo, a exemplo do que se pratica em alguns conservatórios estrangeiros, limitar a frequência deste estabelecimento de ensino. Está igualmente o Governo compenetrado da necessidade de criar escolas elementares preparatórias do ensino da música, porquanto o excesso de população escolar do Conservatório Nacional é, em grande parte, determinado pelos alunos de solfejo. Semelhantes medidas, porém, não podem nas actuais circunstâncias, ter execução. Foi apenas limitada pelo presente decreto a admissão ao curso superior de piano, não só porque as matrículas nesta disciplina são em número excessivo, mas também porque convém valorizar aquele curso, tornando-o exclusivamente acessível aos indivíduos de verdadeira vocação (Preâmbulo ao Decreto 18.881, de 25/IX/1930).

Regressa de uma forma clara a dicotomia “vocação” e “ensino” pintada das cores elitistas que caracterizou de uma forma geral a educação neste período. Torna-se evidente o alheamento do Estado em termos de investimento e o reforço da autonomia dos Conservatórios que podiam recrutar docentes, realizar exames aos alunos do ensino doméstico, definir as provas técnicas necessárias á certificação e fixar conteúdos. Ao longo deste tempo nunca houve a criação de uma escola do magistério musical destinada á formação de professores nesta área, o que espelha o quadro de autonomia interventiva do Conservatório.

Ainda que breve, importa ainda dar uma pincelada sobre os destinatários.

Quadro 2
Matrículas com Frequência nos Conservatórios de Lisboa e Porto,
no Instituto de Música de Coimbra entre 1840/41 e 1960/61
(dados por amostragem de alguns anos lectivos)

<i>Ano Letivo</i>	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>	<i>Total</i>
1840-1841	110	46	156
1855-1856	129	64	193
1870-1871	121	158	279
1885-1886	93	627	720
1900-1901	87	283	370
1915-1916	1273		1273
1930-1931	529	3295	3284
1945-1946	301 a)	1443 a)	1744 a)
1960-1961	426 b)	605 b)	1031 b)

Fonte: *Anuários Estatísticos* de 1875, 1884, 1886, 1903, 1917, 1931, 1946, 1961; *Estatísticas da Educação* de 1945-1946 e 1960-1961.

Notas:

Conservatório Nacional de Lisboa (234M + 1173F); Conservatório Municipal do Porto (50M + 229F); Instituto de Música de Coimbra (17M + 41F).

Academia de Música de Santa Maria; Instituto de Música de Coimbra; Conservatório Nacional, Conservatório de Música do Porto e Academia de Música da Madeira). Público 211M + 152F e Particular (Academia de Música Santa Maria) 215M + 453F

Constata-se o crescimento do público feminino até atingir o máximo em 1930-1931 sendo que esse corpo discente era maioritariamente constituído por jovens que frequentavam classes de piano, enquanto o masculino era sobretudo de alunos que estavam inscritos nas classes de soprano e eram em regra músicos militares.

Uma breve referência ao ensino do Teatro em Portugal que esteve sempre sob a alçada do Conservatório Geral da Arte Dramática criado em 15 de novembro de 1836, com excepção dos momentos em que a Escola se viu transferida para o Teatro Nacional Dona Maria II, exactamente entre 1846 e 1861 (Carta de Lei de 30 de janeiro de 1846 e Carta de Lei de 17 de setembro de 1861), e em que perdurou a Escola da Arte de Representar, de 1911 a 1930 (Decreto de 22 de maio de 1911 e Decreto n.º 18.461, de 14 de junho de 1930).

Numa comparação quantitativa torna-se logo evidente a pouca expressividade deste tipo de ensino

Quadro 3
Número total de matrículas e discriminado por géneros na Escola da Arte de Representar e na Secção de Teatro do Conservatório Nacional, em períodos de quinze em quinze anos.

<i>Ano Letivo</i>	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>	<i>Total</i>
1915-1916	83	38	121
1930-1931	37	34	71
1945-1946	52	59	111
1960-1961	27	49	77

ectivo Totalrequência

Fonte: Livros de matrículas, adaptado de Gomes, 2002: 63.

Apesar deste reduzido alcance, no quadro da intervenção política, é visível nesta área de ensino artístico, as mesmas preocupações conceptuais que marcam o ensino da Música. Em 1836 justifica-se a criação do Conservatório porque

(...) em Portugal, cujo fado é começar as grandes coisas do mundo, vê-las acabar por outros – acordamos depois à luz –distante já do facho que acendêramos, olhar à roda de nós, – e não ver senão trevas! (...) Nem temos um Teatro material, nem um Drama, nem um Actor. Os actos de Gil Vicente e as óperas do infeliz António José foram as nossas únicas produções dramáticas verdadeiramente nacionais. Um e outros, ainda que por motivos diferentes são

obsoletos e incapazes da cena. Mas em Portugal há talentos para tudo; há mais talento e menos cultura que em nenhum País da Europa (Decreto de 12/XI/1836).

Nos inícios do século XX, reivindica-se uma escola de actores porque o público, cada vez mais numeroso e exigente tem direito a ver artistas devidamente formados:

(...) Temos teatros, temos dramaturgos, temos compositores musicais, e temos público – porque, quase sem população flutuante, é notável o aumento de concorrência aos teatros nestes últimos 12 anos – temos tudo, só nos falta a matéria prima – uma escola de actores. Se alguns destes se têm erguido a grande altura, devem-no uns a diligência própria, outros a simples intuição artística. Escola de que venha o conhecimento da arte clássica, que dá a correcção e apruma as linhas, que educa o estilo e embeleza a forma, e da evolução moderna, que, se agora naufraga, logo outro rumo procura, em busca da forma de conjugar o sentimento, sem o qual a arte desaparece, com a naturalidade que a torna dominadora, sem alindar aquele, nem converter esta em vulgaridade, não a temos. E sem escola falece a ideia de formar uma plêiade de artistas. Os que há forneceu-os o acaso; é necessário não confiar mais nele (Decreto de 24/X/1901).

A República, generosa, traz a vontade de romper com o “abandono sistemático” desta área educação:

Em Portugal, a *arte de representar*, como todas as profissões, sofreu do abandono sistemático a que votaram os Governos (...). Mas se a decadência da nossa dramaturgia assim terminará, fazendo-nos prever, em breve, dias de glória e de triunfo para os escritores nacionais, a Escola da Arte de Representar ainda mais garante esses dias de esplendor, porquanto fornecerá aos autores, intérpretes ilustrados e conscientemente orientados no exercício da sua profissão. É tempo de acabar o preconceito, aliás corrente, ainda que, de ordinário, seja expresso em termos pouco claros: de que, sendo para tudo necessárias a instrução e a educação, até para as mais modestas artes e menos complicados ofícios, a *arte de representar* deve fazer excepção. Chegaram a imaginar alguns, que não reflectiram nestes assuntos, que a instituição artística é capaz de suprir o estudo prévio e o cultivo das faculdades naturais dos indivíduos, talvez sem saberem qual é o dispêndio de energia física e mental que os *directores de cena* e os *ensaiadores* empregam, para remediar, e só até certo ponto o conseguem, os erros e as deficiências dos actores principiantes (Relatório ao Decreto de 22 de Maio de 1911).

O carácter restrito do seu alcance e a reduzida disponibilidade para investimentos fizeram com que durante o Estado Novo, sobressaísse muito mais a capacidade e o talento individuais, em particular no teatro de revista e depois no cinema, do que qualquer aposta na crença da necessidade de uma educação específica.

3. O Ensino Artístico no quadro do ensino técnico em Portugal (séculos XIX e XX)

O primeiro marco histórico remete-nos para 1836 quando o governo determina a criação do Conservatório de Artes e Ofícios com o propósito de se formar em Lisboa uma espécie de índice dos artefactos da modernização, devendo a instituição servir de “depósito geral de

máquinas, modelos, utensílios, desenhos, descrições e livros relativos às diferentes Artes e Ofícios” (Decreto de 18/2/1836) – e criando depois uma segunda Academia de Belas Artes no Porto. A ideia era tornar mais acessível o ensino do desenho a inúmeras classes profissionais para quem essa prática seria indispensável – caso dos canteiros, entalhadores, ourives, estucadores, fabricantes de louças e de azulejos e marceneiros. Há portanto a ideia que a educação melhoraria as aptidões individuais.

No último quartel do século XIX, a inevitável comparação com países estrangeiros, associava a educação artística dos operários à capacidade de evoluirmos em termos económicos e particularmente industriais:

Houve tempo, e não vai longe esta época, em que se dava o nome de arte tão-somente às três mais elevadas manifestações da arte: a arquitectura, a escultura e a pintura. Hoje, porém, não é assim. Percebe-se pelo raciocínio o que os antigos e os italianos do renascimento haviam sentido por instinto. O domínio da arte é com efeito muito mais vasto; abrange tudo quanto nos cerca, todos os objectos de uso quotidiano, os móveis das nossas casas, os fatos que nos vestem, as louças, as pratas, tudo em uma palavra quanto nos serve para a vida. Em tudo pode e deve haver belo, não só no sentido limitado da ornamentação e decoração, não só no sentido menos restrito da harmonia e proporção, mas sobretudo no sentido mais lato da perfeita correspondência entre a forma do objecto e o seu uso. Portugal é talvez o único país da Europa que não tenha por ora prestado a devida atenção a este tão importante ramo de ensino (S.A., 1875: 13-14).

Só a República virá trazer algumas novidades, tanto pela rutura que pretende assumir como pela visão mais holística (local, nacional e internacional) que vai marcar as suas iniciativas:

O Governo [...] vem reformar os serviços artísticos e arqueológicos e o ensino das artes plásticas. E não podia deixar de ser assim. Por todos os títulos esta reforma impunha-se, pois, neste ponto, os antigos dirigentes não limitaram o seu desleixo a deixar perder a quase totalidade do que, através de sucessivas depredações, nos restava ainda, nos meados do século XIX, do nosso já então reduzidíssimo património artístico. Levaram a sua incúria mais longe, não procurando sequer, pela coordenação de elementos já existentes, mas dispersos e mal aproveitados, constituir um ensino artístico que, embora em bases mais modestas e harmónico com as forças do país, pudesse entretanto, vir a pôr-nos entre as nações mais cultas no lugar que, sob esse ponto de vista, nos compete (...) (Relatório ao Decreto de 26 de maio de 1911).

Será no entanto através da Reforma de 1918 que assistiremos a grandes alterações nesta área de ensino. O legislador fixa de uma forma clara os princípios gerais/estruturais e particulares de todo o desenvolvimento do ensino técnico industrial, comercial e artístico, nas suas mais diversificadas vertentes (alunos, professores, funcionários, tipos de instalações, formação de professores, financiamento dos diversos cursos...). Quanto à estrutura, o ensino técnico apresentava-se dividido em duas grandes áreas: o *ensino industrial*, que era ministrado nas escolas de artes e ofícios, escolas industriais, escolas preparatórias e escolas de arte aplicada, que compõem o ensino básico, os institutos industriais, que correspondiam ao ensino médio e o instituto superior técnico que equivalia ao ensino superior. Quanto ao *ensino comercial*, ele era ministrado nas aulas comerciais, escolas

comerciais, institutos comerciais e instituto superior de comércio. As *escolas de artes e ofícios* eram destinadas a ministrar o ensino elementar sob uma forma prática e acessível, aos indivíduos das profissões artísticas e industriais. São cursos de aprendizagem e de aperfeiçoamento que podem ser criados a pedido de um fabricante ou fabricantes, associações locais de turismo, associações industriais de patrões ou de operários, no entanto os custos destas escolas eram suportados pelas entidades promotoras ficando sujeitas à fiscalização do Estado. As escolas de artes e ofícios criadas pela Reforma de 1918 e os respectivos cursos foram: *tecelagem* – Braga, Lamego, Guimarães, Covilhã, Gouveia, Alhandra, Lisboa e Porto, *fabrico de mantas* – Terroso; *chapelaria e passamanaria* – Braga; *Ourives* – Gondomar e Porto; *tapeçaria* – Arraiolos e Évora; *rendas e bordados* – Peniche, Vila do Conde, Setúbal, Niza, Figueira da Foz, Funchal, Angra do Heroísmo, Ponta Delgada, Ribeira Grande e Horta; *montador de electricista* – Porto e Coimbra; *canteiros* – Pêro Pinheiro, Batalha e Estremoz; *vidreiro* – Marinha Grande; *cerâmica* – Coimbra, Porto, Vila Nova de Gaia, Miranda do Corvo, Caldas da Rainha, Ílhavo, Sacavém e Estremoz; *embutidores e arte-factos de verga* – Funchal – Madeira; *serralharia* – Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Horta, *indústria do couro* – Alcanena e Guimarães; *fabrico do papel* – Tomar; *doçaria* – Aveiro, Viseu, Évora, Santarém, Beja, Setúbal, Elvas e Faro; *mobiliário* – Porto, Braga e Évora.

Quanto às *escolas de arte aplicada* foram criadas, uma em Lisboa (Fonseca Benevides) e outra no Porto (Faria Guimarães) e tinham como objectivo, ministrar o ensino de desenho especializado e o ofical necessário aos artistas das artes industriais. Sobre a escola do Porto o Decreto-Lei n.º 1027 de 5 de novembro de 1914 entendia que seria “conveniente que a nova escola de arte aplicada do Porto receba o nome de um portuense que haja dado realce à arte nacional naquela cidade”. No seguimento deste preâmbulo, o ministro decreta que o estabelecimento de ensino se passe a chamar: Escola de Artes Aplicadas Soares dos Reis e a cujo cargo esteja a lecionação de quatro cursos de desenho especializado, assim como a manutenção das oficinas de pintura decorativa e de talha (Caetano, 2009: 54-56).

A intervenção legislativa de 1948 assume-se, no quadro do Estado Novo, como uma singularidade, tanto ao nível dos princípios gerais para o ensino técnico, como para o ensino artístico em particular. A criação de um ciclo preparatório, anterior à escolha do curso profissional e permitindo uma formação mais geral e humanística, revela o sentido de um “novo” operário para o tecido industrial. O quadro curricular e os cursos criados no ensino artístico evidenciam o papel que a criatividade deveria ter no quadro de um paradigma pedagógico que dava ao aluno maior liberdade na construção do seu conhecimento e no aperfeiçoamento das suas competências artísticas.

Visitemos uma das duas escolas que marcaram o ensino artístico no quadro da rede do ensino técnico – a Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis – podendo desde logo observar não apenas os cursos que a Reforma trouxe (Quadro 4), como a adesão de alunos e a sua distribuição por sexo.

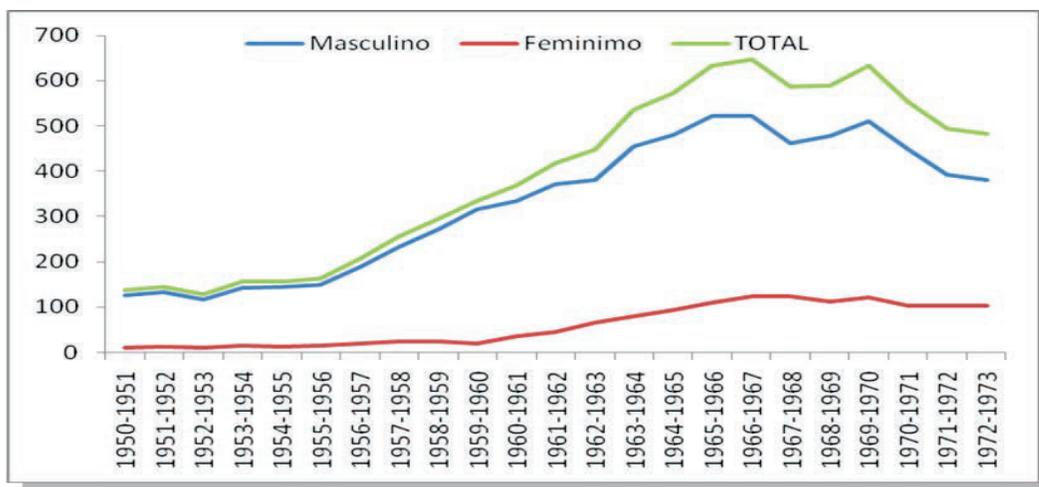
Quadro 4
Número de alunos e sua percentagem por cursos
entre os anos lectivos de 1950-51 e 1972-73

Mobiliário Artístico	349	3,90%
Artes Gráficas	2575	28,79%
Gravador de bronze cobre e aço, Cinzelagem e Ourivesaria	1344	15,02%
Pintura Decorativa	3301	36,91%
Escultura Decorativa	385	4,31%
Cerâmica Decorativa	178	1,99%
Secção Preparatória às Belas Artes	813	9,08%
TOTAL	8945	*

Fonte: Caetano: 2009, 178

A presença feminina que representava 15,49% da totalidade dos alunos inscritos, prevalecia nos cursos diurnos, particularmente nos cursos de pintura mas também em cerâmica e na secção preparatória como se pode comprovar ao analisarmos o gráfico 1 .

Gráfico 1
Totalidade dos alunos por sexo entre os anos lectivos de 1950-51 e 1972-73.



Fonte: Caetano: 2009, 177

Tendo havido sempre um aumento gradual do número de estudantes ao longo dos tempos, foi em meados dos anos de 1960 que a Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis atingiu o seu apogeu em termos de frequência para, a partir daí, começar a perder alunos não de forma abrupta mas irreversível.

Ao estudarmos com mais profundidade o quadro 5 e o gráfico 1 constatamos que não podemos catalogar a escola “Soares dos Reis” como uma escola feminina, longe

disso, visto as raparigas representarem somente 15,4% da totalidade dos alunos inscritos ao longo dos 23 anos que abrangem o estudo. No entanto, teremos que reconhecer que esta percentagem era bastante enganadora no ensino diurno onde só havia aulas dos cursos de formação e onde a percentagem feminina superava largamente esses dados que correspondiam à totalidade da frequência escolar. A presença e o “poder” das raparigas nos cursos de formação era real e fazia-se notar com maior intensidade, daí o seu peso e relevância em certos cursos onde chegavam a ultrapassar o número de estudantes do sexo masculino.

Quadro 5
Totalidade dos alunos por sexo entre os anos lectivos de 1950-51 e 1972-73

<i>Ano Lectivo</i>	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>	<i>TOTAL</i>
1950-1951	126	11	137
1951-1952	132	12	144
1952-1953	117	11	128
1953-1954	143	14	157
1954-1955	145	12	157
1955-1956	149	15	164
1956-1957	188	20	208
1957-1958	233	24	257
1958-1959	271	25	296
1959-1960	315	20	335
1960-1961	334	35	369
1961-1962	372	46	418
1962-1963	381	67	448
1963-1964	455	80	535
1964-1965	480	94	574
1965-1966	522	111	633
1966-1967	523	123	646
1967-1968	463	123	586
1968-1969	478	112	590
1969-1970	511	122	633
1970-1971	448	104	552
1971-1972	393	102	495
1972-1973	380	103	483
TOTAIS	7559	1386	8945

Fonte: CAETANO: 2009, 176-177

A partir dos começos dos anos sessenta as raparigas apresentavam-se nitidamente superiores em número no turno de dia e por via deste facto a “Soares dos Reis” mostrava-se à população com duas caras distintas: uma de noite, nitidamente masculina com os cursos de aperfeiçoamento, onde pontificavam as artes gráficas com aproximadamente 29% e os cursos de gravador de bronze, cobre e aço, cinzelagem e ourivesaria com 15,0 % na totalidade dos alunos inscritos; e outra de dia, maioritariamente feminina onde sobressaíam os cursos de formação, sendo a secção preparatória com 9,08%, a cerâmica e a escultura com 1,99% e 4,31% respectivamente e no seu conjunto somando um pouco mais de 6%

e principalmente o curso de pintura decorativa com perto de 37%, o que maior peso tinha no conjunto de todos os cursos leccionados na “Soares dos Reis”.

Este exemplo, que apenas tinha paralelo na Escola de Artes Decorativas António Arroio em Lisboa, permite-nos ver, no quadro do ensino técnico, a explanação de conceitos, de perspectivas e de expectativas relativamente ao ensino artístico em Portugal.

Por opção, e porque engloba uma abordagem distinta, ficou fora da nossa incursão as Academias e as Escolas Superiores de Belas Artes que darão origem, já no último quartel do século XX às Faculdades de Belas Artes.

Conclusões – as perspectivas mais recentes

O conturbado período na sequência da revolução de 25 de abril de 1974, associado à fusão entre o ensino liceal e ensino técnico dando origem ao ensino secundário, protelou algumas decisões para a década de 1980. A revalorização do ensino artístico corporizou-se apenas no final dessa década através do ensino artístico especializado e no âmbito “de uma perspectiva política que visava a diversificação da formação e da qualificação profissional dos jovens, no termo da escolaridade obrigatória” (Azevedo, 1994: 256). Não estava previsto nem fazia parte de nenhum plano mas desencadeou-se e houve grande adesão de inúmeros artistas e promotores particulares.

Em Agosto de 1997, os Ministérios da Educação e da Cultura constituíram “um grupo de contacto permanente” entre os dois ministérios, “visando a preparação de medidas que permitam o estabelecimento da interligação entre as políticas relativas ao ensino artístico e as referências à promoção, animação e sensibilização para as artes” (Silva, 2000, 9). Determinava-se como áreas de especial relevância: a articulação vertical dos vários níveis do ensino artístico; a interligação entre o ensino artístico e os vários organismos de animação e sensibilização para as artes, designadamente os de extensão escolar; a articulação entre os programas de ensino, formação e animação no domínio das artes existentes nos dois ministérios e destes com programas da mesma natureza existentes no quadro dos Ministérios para a Qualificação e o Emprego e do equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, da Secretaria de Estado da Juventude, das autarquias e demais promotores públicos ou privados. Este quadro de incidência é suficientemente explícito sobre a dispersão de competências ao nível de intervenção/decisão nesta área e também de uma certa indefinição entre áreas de intervenção públicas e privadas. O estudo, rigoroso e bastante abrangente, percorreu vários eixos, realizou diagnósticos criteriosos e apresentou sinopses de medidas de concretização em cada um dos eixos analisados – as artes na educação básica e no ensino secundário; o ensino artístico especializado (em particular música e dança); a profissionalização, o sistema de formação e de emprego (aqui procurando olhar também para a dinâmica da profissionalização). O último capítulo do estudo, destinado à formação de públicos, era o resultado de uma preocupação dos ministérios envolvidos. Curiosamente, treze anos depois, um artigo no jornal diário “Público” de 24 de novembro de 2013, intitulado “Porque continuamos a não consumir cultura? Falta de educação e dinheiro” da jornalista Cláudia Carvalho, apresenta-nos evidências específicas e comparativas com outros países europeus, mostrando indicadores medíocres para a baixa participação cultural dos portugueses (visualização de programas culturais na TV, leitura de um livro, ida ao cinema, visita a um museu, ida a um concerto ou ao teatro ou a um espectáculo de dança, ballet ou ópera).

Estes dados remetem-nos, por um lado para a existência de bons diagnósticos que nos permitiam avançar para uma outra definição de políticas públicas (ou de apoio ao privado) na área da educação artística e, por outro, para um longo caminho a percorrer para colmatar a insuficiência da oferta educativa e de públicos para bens culturais.

Hoje (2013) existem os cursos artísticos especializados que proporcionam formação nas áreas das artes visuais, audiovisuais, dança e música. São cursos de nível secundário com a duração de 3 anos lectivos, correspondentes aos 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade. Os cursos de artes visuais e audiovisuais estão orientados numa dupla perspetiva: o prosseguimento de estudos em cursos de especialização tecnológica ou de ensino superior e a inserção no mundo do trabalho.

Existem ainda Cursos Profissionais que englobam áreas diversificadas – Design (Gráfico, de Moda, Industrial), Fotografia, Modelista de Vestuário, Artes do Espetáculo (Cenografia, Figurinos e Adereços; Luz, Som e Efeitos Cénicos; Interpretação), Instrumentista (de Cordas e Teclas ou de Sopro e Percussão); Artes Gráficas; Cantaria Artística; entre outros – associando uma saída profissional mais especializada no final do secundário, e cruzando as aptidões individuais com as expectativas sociais e económicas. Numa vertente de saída para alunos com mais dificuldades ou menos expectativas de escolarização existem ainda os Cursos de Educação e Formação, de duração reduzida (normalmente 2 anos) e em áreas como a Fotografia, a Pintura e Decoração Cerâmica, Pintura de Azulejo, Tapeçaria Artesanal, entre outros respondendo sobretudo a carências profissionais muito localizadas.

Para além desta rede, há um conjunto de escolas particulares de Ensino Artístico Especializado (Dança, Música, Canto, Canto Gregoriano,...) que carecem de autorização por parte do Ministério da Educação e Ciência e que oferecem estas aprendizagens por vezes de forma integrada, isto é, funcionando simultaneamente como escolas básicas e artísticas. Curiosamente, apesar de partilharem o tempo entre a educação básica regular e a especializada artística, os seus alunos têm revelado, nos últimos rankings de aproveitamento escolar, estar entre os melhores (“Escolas de Música no topo” – *EXPRESSO*, 2012, XIV – ou “Nas primeiras 100 escolas há apenas cinco públicas. Três são de música” – *PÚBLICO*, 2012, 19).

Apesar de ser inquestionável hoje em Portugal a existência de uma carta de intenções que passa por “Recomendações aos Educadores, Pais, Artistas, Directores de Escolas e Entidades Formadoras e aos Poderes Públicos” aprovadas em 2006 na Conferência Mundial de Educação Artística realizada em Lisboa, ainda estamos muito longe de garantir aos alunos interessados a possibilidade da formação artística especializada e os recentes constrangimentos financeiros, tornaram ainda mais exígua a oferta pública no setor do Ensino Artístico Especializado, remetendo para as famílias com rendimentos e com sensibilidade cultural a aposta nesse tipo de educação.

Esta imprevisibilidade na postura do Estado face a esta problemática, apesar das boas intenções historicamente repetidas, mantêm pois a tensão entre o papel da educação artística na formação integral do indivíduo, em particular das crianças e jovens, e a sua dispensabilidade face aos elevados custos e pouco visíveis resultados. Como afirmava a antiga ministra da cultura portuguesa, Isabel Pires de Lima, no atrás citado artigo do “Público”, “continuamos presos a modelos de desenvolvimento que privilegiam aquilo que é imediatamente rentável”. Assim a tensão em torno do sentido da educação artística irá manter-se.

Fuentes Consultadas

- Azevedo, Joaquim (1994), *Avenidas de Liberdade – Reflexões sobre Política educativa*, Porto, Edições ASA.
- Caetano, Francisco Manuel Perfeito dos Santos (2009), “O Ensino Artístico no Porto durante o Estado Novo (1948- 1973)”, Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto,
- Carvalho, Cláudia (2013), “Porque continuamos a não consumir cultura? Falta de educação e dinheiro”, en *Público*, jornal diário, 24 de novembro de 2013, pp. 33-35.
- Expresso/Sic (2012), *Ranking das escolas*, Caderno Destacável, 13 de outubro de 2012.
- Fernandes, Domingos (coord.); Ó, Jorge Ramos do; Ferreira, Mário Boto; Marto, Ana; Paz, Ana; Travassos, Ana (2007), *Estudo de Avaliação do Ensino Artístico. Relatório Final*, Lisboa, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- Foucault, Michel (1997), *A ordem do discurso*, Lisboa, Relógio d’Água.
- Gomes, Carlos Alberto Faísca Fernandes (2002), *Discursos sobre a especificidade do ensino artístico: a sua representação histórica nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação [tese de mestrado].
- Martins, Catarina Sofia Silva (2009), “As dobras subjectivantes do governo do olhar: Educação e Ensino das Artes Visuais em Portugal (de 1780 aos últimos anos do século XX)”, Plano de Tese de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Lisboa,
- Popkewitz, Thomas S. & Freddman, Kerry (1988), “Art education and social interests in the development of American schooling: ideological origins of curriculum theory”, en, *J. Curriculum Studies*, 20, 5, p. 387-405.
- Público/Universidade Católica do Porto (2012), *Ranking. Metade das escolas secundárias públicas ficaram abaixo do esperado*, Destacável, 13 de outubro de 2012.
- S.A. (1875), *Observações sobre o estado do ensino das artes em Portugal: a organização dos museus e o serviço dos monumentos históricos e de arqueologia oferecidas à comissão nomeada por decreto de 10 de Novembro de 1875 por um vogal da mesma comissão*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Silva, Augusto Santos (coordenador) (2000), *A educação artística e a promoção das artes, na perspectiva das políticas públicas*, Lisboa, Edição do Ministério da Educação.
- UNESCO, Comissão Nacional (2006), *Roteiro para a Educação Artística – Desenvolver as capacidades criativas para o século XXI*, Lisboa, Comissão Nacional da UNESCO.